Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

18/2009

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, é meramente informativo e ferramenta auxiliar, cuja validação para os fins legais poderá ser obtida junto ao Setor de Referência do Serviço de Jurisprudência e Divulgação deste Tribunal.

AÇÃO

Carência, requisitos e improcedência

O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL SUBSTITUI A SENTENÇA DE 1º GRAU, NOS TERMOS DO ARTIGO 512 DO CPC, MOTIVO PELO QUAL, JULGANDO ESTE O AUTOR CARECEDOR DA AÇÃO, PODERÁ ELE INTENTAR NOVAMENTE A AÇÃO, NÃO HAVENDO COISA JULGADA MATERIAL. A sentença de 1º. Grau é totalmente substituída pelo acórdão da 2ª Instância, no mesmo processo. E se este deixou aberta a oportunidade do autor intentar nova ação, porque o Acórdão concluiu pela inexistência das condições da ação, tal significa que nova ação, entre as mesmas partes, pode ser reapresentada, preocupando-se o interessado em apresentá-la com as condições processuais necessárias. Tal é possível. Realmente não teria sentido entender que o autor tivesse fechadas as portas do Judiciário, quando o Tribunal Regional do Trabalho, em substituição à sentença de 1º grau, concluiu pela falta de condições da ação, que poderiam, se presentes, ensejar o julgamento do mérito. Por outro lado, não há falar-se em coisa julgada quando a decisão é de extinção do processo sem julgamento do mérito, salvo na hipótese do inciso V, do artigo 267 do CPC, o que não é o caso. A extinção do processo sem julgamento do mérito gera uma sentença terminativa do feito, isto é, não é sentença definitiva (aquela que julga o mérito), fazendo apenas coisa julgada formal. Em decorrência disto, há imutabilidade da decisão naquele processo, não em outro, isto é, o acórdão torna-se inalterável na mesma relação processual que o originou. Não havendo óbice à rediscussão da controvérsia desde que esta figure como objeto de outro processo, distinto daquele em que se formou a coisa julgada formal. É o caso dos autos. Assim, não há litigância de má fé, por parte do autor, ao reabrir novo processo, embora pudesse ter informado os seus percalços jurídicos com o processo anterior. É um direito que o autor tem, entendendo que as condições da ação agora já estão atendidas, em repropor a ação. Claro está, que tal, não garante ao autor, que o juízo de 1º grau e o colegiado do Tribunal, se assim entenderem, não possam julgar novamente o autor carecedor da ação, ou aquele julgá-la novamente improcedente e este último concluir novamente pela carência. Tais situações podem ocorrer e deverão ter o encaminhamento processual adequado com a utilização dos instrumentos jurídicos que a lei processual proporciona. Reformo, para determina o retorno dos autos à Vara de origem para que julgue a ação proposta, não pela aplicação do inciso V, do artigo 267 do CPC (coisa julgada), porquanto coisa julgada não há no processo novamente impetrado, mas, como não poderia deixar de ser, possibilitando ao julgador, julgá-lo de forma ampla arrimado, dentre outros nos incisos remanescentes do artigo 267 do CPC, salvo o inciso V, ora afastado, como nos do artigo 268 do mesmo diploma legal. (TRT/SP - 00001200808702001 - RO - Ac. 4ªT [20090177449](#) - Rel. Carlos Roberto Husek - DOE 27/03/2009)

ASSÉDIO

Geral

INDENIZAÇÃO POR ASSÉDIO MORAL. VALORAÇÃO. O assédio moral praticado contra a reclamante restou comprovado pela sua testemunha e, inclusive, restou confessado pela própria reclamada, através de sua testemunha, que confirmou a forma de tratamento usual no ambiente de trabalho, tendo justificar o uso de grosserias e palavras de baixo calão devido às tensões do mercado financeiro, o que se revela inaceitável. Todavia, considerando que o valor fixado pelo MM. Juízo "a quo" a título de indenização apresenta-se equilibrado e razoável, servindo para coibir a prática do assédio moral no âmbito do ambiente de trabalho, sem configurar situação de enriquecimento sem causa, não há que se falar em reforma da r. sentença de primeiro grau. (TRT/SP - 00771200704602008 - RO - Ac. 12ªT [20090166013](#) - Rel. Vania Paranhos - DOE 27/03/2009)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Cabimento

JUSTIÇA GRATUITA. AFIRMAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O PAGAMENTO DAS CUSTAS. REPRESENTAÇÃO PELO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. DESNECESSIDADE. Para a concessão do benefícios da gratuidade dos atos processuais, basta que o autor alegue na inicial, a impossibilidade de arcar com as custas processuais, nos termos da Súmula nº 5 do C. Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, não sendo necessária a representação do empregado por seu sindicato de classe. (TRT/SP - 01672200803202001 - RS - Ac. 12ªT [20090163359](#) - Rel. Vania Paranhos - DOE 27/03/2009)

CARTÃO PONTO OU LIVRO

Obrigatoriedade e efeitos

Testemunha não presencial desserve ao propósito de infirmar prova documental, consubstanciada nas folhas de presença assinadas pela autora, que não podem ser recusadas e inseridas na qualificação e efeito da Súmula nº 338 do C. TST. Com efeito, o registro de pouca variabilidade de horário não pode se nivelar à famigerada jornada britânica, além de ser condizente com quem trabalha com jornada pré-definida. (TRT/SP - 02524200500302006 - RO - Ac. 9ªT [20090142262](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 27/03/2009)

DANO MORAL E MATERIAL

Geral

O deferimento da indenização, de ordem material e moral, exige o preenchimento dos requisitos reiteradamente propalados pela doutrina, consistentes na prática de um ato ilícito, na existência de dano e o incontestado nexo de causalidade que os una. (TRT/SP - 00239200637302007 - RO - Ac. 12ªT [20090202010](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 27/03/2009)

DEPÓSITO RECURSAL

Pressuposto de recebimento

O depósito recursal previsto no artigo 899 da CLT deve ser efetuado mediante utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social -

GFIP, desmerecendo conhecimento o depósito não efetuado em conta vinculada do FGTS, ainda que por depósito judicial trabalhista. Recurso não conhecido. (TRT/SP - 00635200501002006 - RO - Ac. 12ªT [20090201706](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 27/03/2009)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Cabimento e prazo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REEXAME DO MÉRITO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. Os embargos declaratórios constituem meio adequado para a correção de erro material ou esclarecer obscuridade, contradição ou omissão no julgado, mas nunca paera reexame da decisão (TRT/SP - 01323200705202003 - RO - Ac. 4ªT [20090175659](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 27/03/2009)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Acidente do Trabalho e Doença Profissional

O simples recebimento de auxílio-doença previdenciário, sem a prova de que decorreu de doença profissional ou doença do trabalho, assim considerado pelo órgão previdenciário competente, caracterizando o acidente de trabalho, não autoriza a conclusão de que o recorrente é beneficiário da estabilidade provisória assegurada no art.118, da Lei nº 8.213/91. (TRT/SP - 00284200720302003 - RO - Ac. 12ªT [20090201854](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 27/03/2009)

EXECUÇÃO

Entidades estatais

O art. 100, parágrafo 1.º, da CF, cuja redação atual remonta à EC n.º 30/00, estabelece de forma objetiva os parâmetros para o adimplemento de precatórios, de modo a extirpar a nefasta visão de "mau pagador" que a população tem do ESTADO. E, para tornar realidade o quanto pretendido, levando-se em consideração o desembaraço burocrático necessário à ultimação dos precatórios, o legislador constituinte derivado entendeu por bem estabelecer um prazo dentro do qual deveria ser realizado o pagamento. Ou seja, se existe um período fixado para o cumprimento da obrigação, sendo ela adimplida neste interregno, não se há falar em inexecução e, portanto, não há mora, cuja presença é imprescindível para a responsabilização do devedor nos juros respectivos. (TRT/SP - 01756199407002005 - AP - Ac. 9ªT [20090142645](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 27/03/2009)

Embargos de terceiro. Associação. A associação é organizada para fins não econômicos (art. 53 do CC); e se auferir renda, a destinação do lucro se dará em favor de suas finalidades. Destarte, não se pode presumir que a referida pessoa jurídica de direito privado esteja sendo utilizada para fraudar a execução trabalhista, mormente quando se considera a comprovação, pela embargante, da existência de 159 associados que contribuem com a entidade. (TRT/SP - 02253200806002006 - AP - Ac. 12ªT [20090201625](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 27/03/2009)

Fraude

Agravo de Petição. Embargos de terceiro. Fraude à execução. Não há fraude à execução quando sócio da reclamada, ainda não incluído na demanda como devedor, aliena bem de sua propriedade e quando nada constava nos

distribuidores cíveis e trabalhistas que o desabonassem. A boa-fé dos primeiros adquirentes, comprovada pelas inúmeras certidões negativas em nome do sócio alienante e de sua esposa, corrobora a validade do negócio levado a efeito com os atuais proprietários, ora embargantes, pois fica evidente que o imóvel em questão foi adquirido em uma cadeia sucessiva de alienações, e que a última ocorreu entre pessoas totalmente estranhas à reclamada e à demanda, motivo pelo qual não podem ter seu patrimônio atingido pelos atos da execução. (TRT/SP - 01919200701302000 - AP - Ac. 12ªT [20090201617](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 27/03/2009)

Penhora. "On line"

PENHORA "ON LINE". LEGALIDADE. A penhora "on line" foi instituída com o escopo de facilitar a execução e a efetiva satisfação do credor. Todo o seu processamento é feito de acordo com as normas legais e em obediência ao rol contido no art. 655 do CPC. Assim, na ausência da indicação de outros bens que interessem à execução, deve ser ela tida como regra. Neste contexto, para que fosse possível afastar a constrição e, então, ter-se uma situação que excepcionasse a regra, a executada deveria demonstrar ao juízo sua boa-fé, comprovando a alegação de dificuldades financeiras sérias capazes de comprovar a sua atividade e, além disso, indicando outros bens, cuja aceitação no mercado os tornasse atrativos à execução, o que, de fato, não ocorreu nos presentes autos. (TRT/SP - 00395200231102008 - AP - Ac. 9ªT [20090142440](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 27/03/2009)

Recurso

Não se aplica a regra do § 1º do artigo 897 da CLT ao INSS, quando agravante, de vez que equipara-se ao exequente que também é credor. (TRT/SP - 01004200803802002 - AP - Ac. 3ªT [20090205884](#) - Rel. Ana Maria Contrucci Brito Silva - DOE 27/03/2009)

JORNADA

Intervalo violado

INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO. MÍNIMO UMA HORA. NÃO CONCESSÃO. O intervalo para repouso ou alimentação deve ser de no mínimo uma hora, para que o empregado possa fazer a refeição e recuperar suas forças. E isso porque o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho determina a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo uma hora para qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, autorizando, ainda, em seu parágrafo 4.º, o pagamento ao empregado de no mínimo 50% sobre o valor da hora normal de trabalho, quando referido intervalo não for concedido, sendo esse inclusive o entendimento da Orientação Jurisprudencial 307 da SDI-I do Tribunal Superior do Trabalho. Nessa conformidade, não concedido ao obreiro o intervalo destinado ao repouso ou alimentação, faz jus à sua remuneração, como hora extraordinária, à razão de uma hora extra por dia, com o acréscimo do percentual legal (50%) ou previsto em norma coletiva, como no caso dos autos. (TRT/SP - 00454200605102006 - RO - Ac. 12ªT [20090163375](#) - Rel. Vania Paranhos - DOE 27/03/2009)

NORMA COLETIVA (AÇÃO DE CUMPRIMENTO)

Convenção ou acordo coletivos. Exeqüibilidade

Ação de cumprimento. Sindicato econômico que não representa a ré. A sentença normativa somente obriga as partes que integraram a demanda coletiva, não tendo suas cláusulas o condão de alcançar entidade sindical que não participou do dissídio coletivo. Assim, não tendo o sindicato representante da reclamada participado desta relação processual, a ré não se vê obrigada ao cumprimento das cláusulas estabelecidas no instrumento normativo que instruiu a inicial, devendo ser absolvido de todos pedidos contra ele formulados na ação de cumprimento. (TRT/SP - 01308200526102013 - AI - Ac. 12ªT [20090201234](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 27/03/2009)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Objeto

Taxa negocial instituída em norma coletiva. Impossibilidade. Violação ao teor dos artigos 5º, inciso XX, e 8º, inciso V, da Constituição Federal, e do artigo 611, da CLT. Seja porque a instituição de contribuição a ser paga pelo empregador, visando o custeio da atividade negocial realizada pelo sindicato representante da categoria profissional, não se coaduna com a disciplina dos artigos 8º, da Constituição Federal, e 611, da CLT (artigo 166, inciso II, do Código Civil), seja porque, nos moldes em que pactuada, a cláusula normativa instituidora da aludida contribuição viola a ampla liberdade de associação profissional ou sindical, inculpada nos artigos 5º, inciso XX, e 8º, inciso V, da Lei Maior, remanesce inconcebível a instituição de taxa negocial através de norma coletiva. Decreto de improcedência que ora se mantém. (TRT/SP - 01923200704102008 - RO - Ac. 9ªT [20090140944](#) - Rel. Jane Granzoto Torres da Silva - DOE 27/03/2009)

PORTUÁRIO

Normas de trabalho

1. BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA/ADVOGADO PARTICULAR - POSSIBILIDADE. Ainda que o autor tenha acionado o Judiciário com advogado por ele contratado e não com patrocínio do Sindicato, nos termos da Lei 5.584/70, entendemos possível acolher-se o pedido de justiça gratuita. A Lei 5.584/70 ao se referir a assistência judiciária na Justiça do Trabalho, não está se referindo ao pagamento das despesas processuais. A exigência ali contida, para fins de declaração de pobreza, foi revogada pela Lei 7.150 de 04. julho de 1986, que dispõe: "Art. 4. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.". Tal lei revogou os artigos 1. e 4. da Lei 1.060/50, remanescendo em vigor o artigo 6. do referido diploma: "Art. 6. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o Juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência...". Além do que o Par. 3º, do Artigo 790, da CLT admite a dispensa do recolhimento das custas processuais até de ofício. Existindo, pois, pedido de benefício na inicial, bem como juntada a declaração de pobreza, os requisitos básicos para a concessão estão atendidos. 2. TRABALHADOR AVULSO/APLICAÇÃO QUANTO À JORNADA, DAS LEIS 8.630/93, 9.719/98 E DA NORMA COLETIVA DA CATEGORIA. A jornada de trabalho do trabalhador avulso vem estabelecida nas Convenções da

categoria, por aplicação expressa da Lei 8.630/93, que em seu artigo 29 diz: "A remuneração, a definição das funções, a composição dos demais termos e as demais condições do trabalho portuário avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários e dos operadores portuários." O trabalhador portuário, embora tenha iguais e básicos direitos de todos os demais trabalhadores, têm, como avulso, reconhecidamente atividade específica, diferenciada do empregado comum em desenvolvimento de um dos módulos empresariais vitais para o Estado, que é o trabalho no porto. Não se trata de trabalhador comum, porquanto tem vantagens e obrigações incomuns aos demais empregados e por esse motivo, tendo em vista a longa lista de reivindicações sindicais e do histórico das relações entre os trabalhadores e as empresas de navegação, bem como o Sindicato que os agrega e mais recentemente o Órgão Gestor da Mão de Obra, é que devem seguir as regras decorrentes de sua conquistas político-jurídicas. A escala aludida, as jornadas estabelecidas, as funções designadas e a profunda especificidade desse trabalhador, não recomendam o raciocínio comum de pura e simples aplicação das normas da CLT, de forma indiscriminada. Acaso, assim não fosse, não haveria motivo para existir a Lei 8.630/93 e a Lei 9.719/98, bem como o resultado das normas coletivas negociadas e que são amparadas como necessidade de aplicação pelas referidas leis e pela própria Constituição Federal (art. 7º, XXXIV) A autonomia coletiva privada está clara na lei de modernização dos portos, dispondo sobre as matérias concernentes á jornada suplementar e ao intervalo intrajornada, o que no ponto debatido, não diferencia e, não poderia fazê-lo da Lei Maior que em seu artigo 7º, inciso XIV estabelece a jornada de 6 horas em turno ininterruptos de revezamento. Assim, não há embasamento legal, normativo e contratual para o pleiteado. Na verdade o avulso não é obrigado a concorrer à escalação diária, incumbindo ao OGMO fazê-la por intermédio do chamado rodízio, nos termos do artigo 5º, da Lei 9.719/98: " A escalação do trabalhador portuário avulso, em sistema de rodízio, será feita pelo órgão gestor da mão de obra.". a partir daí, cabe ao operador portuário e ao OGMO, a verificação da presença do avulso no local de trabalho, pois somente fará jus à remuneração aquele escalado em efetivo serviço, nos exatos termos do artigo 6º, par. único da referida lei: "Art. 6º Cabe ao operador portuário e ao órgão gestor de mão-de-obra verificar a presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes da escala diária. "Parágrafo único. Somente fará jus à remuneração o trabalhador avulso que, constante da escala diária estiver em efetivo serviço." (grifos nossos). Não tem aplicabilidade para o trabalhador avulso, os instrumentos de jornada do trabalhador comum, como, por exemplo, o cartão ponto, mas sim a comprovação da atividade do trabalhador em determinado turno de trabalho, por produção. De qualquer modo, não custa lembrar os próprios termos do artigo 4º, da CLT: " Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.". O fato do trabalhador apresentar-se em determinado local de trabalho, com antecedência, por determinação de seu Sindicato, sem a efetiva prestação de serviços, não pode ser considerado tempo à disposição do empregador. As reivindicações nessa área, pelos trabalhadores interessados, provocando esta Justiça, à uma prestação jurisdicional mais protetiva, implica em construir uma espécie de boneco legislativo em que se aplica a tais trabalhadores apenas o que lhes é benéfico em relação às leis 8.630/93, 9.719/98, Consolidação das Leis do Trabalho e às normas coletivas, resultando disso um corpo de regras construído para o caso concreto à revelia das normas efetivamente aplicadas e

aprovadas. (TRT/SP - 00490200844402006 - AI - Ac. 4ªT [20090177562](#) - Rel. Carlos Roberto Husek - DOE 27/03/2009)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Utilidades

CONCILIAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VALE TRANSPORTE E CESTA BÁSICA. Possuindo os títulos vale transporte e cesta básica o objetivo de reembolsar o empregado por despesas já efetuadas e alimentação que deveria ter sido fornecida, são incabíveis os descontos previdenciários pretendidos. (TRT/SP - 01317200103402009 - AP - Ac. 2ªT [20090169551](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 27/03/2009)

Recurso do INSS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRRECORRIBILIDADE DA SENTENÇA. A Lei n.º 10.035/2000 alterou o parágrafo único do artigo 831 da CLT, autorizando o INSS a recorrer nos casos de conciliação realizada perante a Justiça do Trabalho. RECURSO ORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO NA FASE DE CONHECIMENTO SEM RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DISCRIMINAÇÃO. Efetuada a discriminação das verbas que compõem a avença, não cabe a pretensão de incidência nos termos do artigo 43, da Lei 8.212/91. (TRT/SP - 01699200401702008 - AI - Ac. 2ªT [20090169519](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 27/03/2009)

UNIÃO (INSS) - Acordo Homologado após Trânsito em Julgado da Sentença e da Decisão Homologatória de Cálculos. Princípio da Irretroatividade da Lei. Impossibilidade de aplicação da legislação previdenciária atual, quando a decisão homologatória de liquidação foi proferida há mais de 13 anos. (TRT/SP - 00065199344302003 - AP - Ac. 3ªT [20090205876](#) - Rel. Ana Maria Contrucci Brito Silva - DOE 27/03/2009)

PROVA

Relação de emprego

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS DA PROVA. Ao reconhecer o trabalho na forma autônoma, incumbe à reclamada comprovar os elementos caracterizadores da relação jurídica na forma alegada. À luz do princípio da primazia da realidade, a relação de trabalho é aferida a partir dos fatos que a qualificam, independentemente da nomenclatura utilizada pelos contratantes. (TRT/SP - 01180200844602001 - RS - Ac. 4ªT [20090177368](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 27/03/2009)

QUITAÇÃO

Validade

PDV. ADESÃO CONDICIONADA À DEVOLUÇÃO DO BENEFÍCIO EM CASO DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO. INCONSTITUCIONAL. Não tem qualquer validade jurídica o "compromisso" prestado pelo trabalhador, por ocasião da adesão ao PDV, no sentido de obrigar-se à devolução do incentivo financeiro no caso de vir a ajuizar ação contra o ex-empregador. Além de não estar respaldada no acordo coletivo da categoria, de qualquer modo, essa forma de pactuação com renúncia à atuação jurisdicional fere frontalmente o direito de ação, assegurado no inciso

XXXV do artigo 5º da Constituição Federal. (TRT/SP - 02348200346502000 - RO - Ac. 4ªT [20090185557](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 27/03/2009)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

Contratação de mão-de-obra autônoma por salão de cabeleireiro para o exercício da atividade fim. Impossibilidade. Vínculo empregatício reconhecido. Incontroverso ter a reclamante exercido a função de manicura nas dependências da ré, fato esse que, por si só, já induz à fraude perpetrada, diante dos princípios que informam o Direito do Trabalho, porquanto impossível a contratação de mão-de-obra autônoma para o desenvolvimento da atividade empresarial básica, restando configurado o vínculo empregatício estabelecido entre as partes. (TRT/SP - 00780200806402001 - RO - Ac. 9ªT [20090140952](#) - Rel. Jane Granzoto Torres da Silva - DOE 27/03/2009)

RESPONSABILIDADE

Subsidiária

EXECUÇÃO INFRUTÍFERA EM FACE DA DEVEDORA PRINCIPAL E SEUS SÓCIOS. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA EXEQUENDA PELA RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIA. Se houve, comprovadamente nos autos, tentativa de execução da ré principal e de seus sócios, não há como aquela que foi condenada em responsabilidade subsidiária, fugir ao cumprimento da sentença exequenda. (TRT/SP - 00443200506902003 - AP - Ac. 4ªT [20090177406](#) - Rel. Carlos Roberto Husek - DOE 27/03/2009)

REVELIA

Efeitos

REVELIA E CONFISSÃO DA RECLAMADA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS PELO RECLAMANTE. A presunção de veracidade decorrente da confissão ficta é relativa, podendo ser desconstituída por prova em contrário preexistente àquela cominação. (TRT/SP - 00966200806802006 - RS - Ac. 4ªT [20090177376](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 27/03/2009)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Conclusão, fundamentação e relatório

"A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas." (TRT/SP - 01418200707402004 - AP - Ac. 3ªT [20090205892](#) - Rel. Ana Maria Contrucci Brito Silva - DOE 27/03/2009)

Nulidade

NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO DE TUTELA JURÍDICA PROCESSUAL. Verificando-se que todas as questões relevantes e pertinentes ao deslinde do litígio foram motivada e fundamentadamente apreciadas no decisório, descabe falar em ausência de tutela jurídica processual. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO EM JUÍZO. COMPETÊNCIA. FATO GERADOR. Diante da expressa disposição legal não remanesce dúvida de que a Justiça do Trabalho é competente para executar até o final, as contribuições sociais devidas inclusive sobre os salários pagos durante o período de vínculo de emprego reconhecido em sentença ou acordo.

Entrementes, a aplicação do artigo 876, parágrafo único, da CLT, alterado pela Lei nº 11.457, de 16-03-07 deve observar o disposto no artigo 6º, da LICC. Mais ainda, o fato gerador da contribuição previdenciária é o pagamento à pessoa física prestadora dos serviços, e não a data do início dessa prestação, consoante disposição contida no artigo 195, inciso I, alínea "a", da Constituição. De se observar, também, que se tais importes decorrem de sentença prolatada em demanda trabalhista, condenatória ou homologatória de avença entre as partes, tem-se materializado o fato gerador a partir da disponibilização do pagamento daí advindo ao trabalhador. (TRT/SP - 02062200004402008 - AP - Ac. 2ªT [20090169560](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 27/03/2009)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

TEMPO DE SERVIÇO. INTERSTÍCIO ENTRE A DISPENSA E A REINTEGRAÇÃO. CÔMPUTO PARA TODOS OS EFEITOS. O período que medeia entre a dispensa e a reintegração judicial do empregado é tempo de serviço para todos os fins, não podendo ser descontado esse interstício temporal sob qualquer pretexto, e especialmente in casu, para o cálculo da gratificação prevista na cláusula 37ª da Convenção Coletiva da categoria, a pretexto de que não constituiu trabalho efetivo. (TRT/SP - 02003200430202006 - RO - Ac. 4ªT [20090170320](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 27/03/2009)

TRABALHO NOTURNO

Horas extras

1. HORA NOTURNA REDUZIDA. INOBSERVÂNCIA. DIREITO ÀS HORAS EXTRAS RESULTANTES. A hora noturna reduzida (52 min. e 30 segundos) constitui uma ficção jurídica que milita em favor do trabalhador. A hora noturna por ele trabalhada, em verdade, continua a ser de 60 minutos. Por essa razão, ao prestar toda a jornada noturna em horas cheias, o trabalhador faz jus ao recebimento, em valor, de uma hora a mais, correspondente à soma dos 7'30 restantes de cada hora noturna, a final totalizando 1 hora a mais, no período das 22 às 05 horas ou que prorroga este limite. Portanto, para cada hora noturna cheia trabalhada, o empregado faz jus a 7:30 minutos extras que, na situação dos autos, não foram pagas pelo empregador. 2. PERDA AUDITIVA LEVE. NEXO CAUSAL. FORNECIMENTO IRREGULAR DE EPIs. DANO MORAL. Embora leve, a perda auditiva (disacusia neurosensorial) induzida por ruído ocasional (PAIRO) guarda nexo de causalidade com o trabalho, circunstância esta, in casu, apurada em laudo técnico. Ainda que não tenha ficado impedido de trabalhar, inclusive na mesma atividade, a prova evidencia que o reclamante entrou são na empresa e saiu ouvindo menos, com déficit auditivo para o qual contribuiu a reclamada ao negligenciar o fornecimento regular de EPI's, do que resulta o dever de indenizar o dano extrapatrimonial inflingido ao empregado. A redução num dos sentidos fundamentais do ser humano, restringindo sua possibilidade de ouvir nuances musicais, trinado de pássaros ou outros sons da natureza, tão essenciais ao espírito humano, inegavelmente ocasionou sofrimento a ser indenizado. Incidência do artigo 186 do Código Civil. Recurso obreiro a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 02185200204002005 - RO - Ac. 4ªT [20090185565](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 27/03/2009)

TUTELA ANTECIPADA

Geral

Concessão de tutela antecipada em sentença proferida contra a Fazenda Pública. Reintegração. Possibilidade. O atento exame do processado aponta a razoabilidade do direito subjetivo material invocado pela autoria, sob o prisma do princípio da continuidade da relação de emprego, dos princípios que regem toda a atividade administrativa, consagrados no artigo 37, da Constituição Federal, bem assim dos ditames traçados pelo artigo 41, também do Texto Magno, o que remete ao preenchimento dos pressupostos inculpidos no artigo 273, da Lei Adjetiva Civil, em especial aquele de que trata o seu inciso I. Não há se falar em dano irreparável ou de difícil reparação, porquanto o cumprimento do mandado de reintegração culminará na efetiva prestação de serviços do obreiro, valendo aqui destacar que, o princípio da continuidade da relação de emprego, informador do Direito do Trabalho, nem de longe prestigia o pagamento de salários sem a efetiva prestação laboral. De igual modo, resulta clara a inaplicabilidade do parágrafo 4º, do artigo 1º, da Lei 5021/66, a que se refere o artigo 1º, da Lei 9494/97, porquanto não se trata da concessão de medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidor público civil na seara da ação mandamental. O instituto da antecipação dos efeitos da tutela não se revela absolutamente incompatível com a presença da Fazenda Pública no pólo passivo da relação jurídico-processual, merecendo ser examinado em sua dimensão teleológica, na condição de instrumento de efetividade da prestação jurisdicional, à luz do artigo 5º, inciso LXXVIII, do Texto Magno. Por consequência, a aplicação literal da Lei 9494/97 à situação posta em exame, em que se verifica a plausibilidade da tese exordial, assentada na inobservância dos princípios constitucionais indispensáveis à validação do ato de desligamento do servidor público, por insuficiência de desempenho, tornaria letra morta preceitos basilares inculpidos no Texto Constitucional - dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho-, o que não se admite. (TRT/SP - 01567200747102007 - RO - Ac. 9ªT [20090140634](#) - Rel. Jane Granzoto Torres da Silva - DOE 27/03/2009